

A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960

Maria José Castelano

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa bibliográfica em que analisamos, por meio de documentos produzidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a sua concepção de Reforma Agrária elaborada nas décadas de 1950 e 1960, que orientou a atuação de movimentos sociais rurais, buscando identificar quais as matizes que sustentaram a sua formulação teórica naquele período.

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A QUESTÃO AGRÁRIA

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922. A sua trajetória foi marcada por longos períodos de ilegalidade, quando este permaneceu na clandestinidade. Este fato não impediu a sua atuação e influência no decorrer do século XX.

No pós-segunda Guerra Mundial (1945-1947), o Partido Comunista foi legalizado. Segundo Alexander, este fato “foi resultado de um relaxamento da ditadura e de um acordo – tácito ou de outra espécie- entre Getúlio Vargas e a chefia comunista. Por essa época, Vargas ditador-presidente do Brasil, de 1930 a 1945, defrontava-se com larga oposição conduzida por uma facção de líderes militares, que os comunistas também consideravam inimigos...”¹

Durante estes dois anos de existência legal, o PC brasileiro concentrou-se na formação e organização, da maneira mais rápida possível, de sua massa de simpatizantes. Seus esforços deram resultado em grande escala, como ficou demonstrado num relatório sobre o número de membros do Partido, apresentado em sua Terceira Conferência Nacional, em meados de 1946. Diógenes Arruda, secretário da organização revelou que, em 1943, quando o Partido realizou na ilegalidade a Segunda Conferência Nacional, o número de membros oscilava entre 800 a 900 pessoas. Em abril de 1945, quando o Partido conseguiu legalizar a

sua situação, possuía 3.100 membros. Este número subiu para 25.000, em agosto, e para 82.000, em dezembro de 1945.ⁱⁱ

O PCB, naquela época, era a única agremiação político-partidária que se empenhava em organizar os trabalhadores do campo, ainda que numa transposição de métodos e táticas do meio urbano.ⁱⁱⁱ As primeiras Ligas Camponesas^{iv} teriam sido criadas pelo Partido em Pernambuco. Com a cassação do PCB, em 1947, estas ligas entram na ilegalidade e poucas sobrevivem. Seu ressurgimento data de, aproximadamente, 1955.

No início dos anos cinquenta, o PCB propunha o confisco da terra dos latifundiários e a sua distribuição gratuita aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Entretanto, a partir de meados da década, o Partido revisou suas posições anteriores, sendo a reforma agrária condicionada à formação de uma frente única, que reunisse as forças interessadas no combate ao imperialismo norte-americano.

A orientação política pecebista sempre se pautou pelo encaminhamento de uma revolução de cunho democrático burguês, condição considerada prévia para o avanço do socialismo. Constatamos que o PCB, ao longo de sua trajetória, manteve a sua orientação estratégica, mas vai incorporar na sua orientação política profundas mudanças táticas.

Entre meados da II Guerra Mundial e o final da década de 1950, a linha política do PCB, assim como a de todo o movimento comunista internacional, conheceu três orientações distintas: a “união nacional”, a “linha chinesa” e o “caminho pacífico” para a revolução.

a) a “união nacional”

No Brasil, a tese da “coexistência pacífica” implementada por Stalin deu origem à “política de união nacional”, estabelecida pelo PCB na chamada Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943. Inicialmente, orientou a campanha pela participação do Brasil na II Guerra ao lado dos países aliados. Ampliou-se com o diálogo político que militantes comunistas passaram a

promover principalmente com intelectuais liberais. Esse foi o contexto internacional, com reflexos internos no país, que garantiu a rearticulação e a legalização do PCB, ampliando consideravelmente seus quadros.

Durante a vigência da política de “união nacional”, a atuação do PCB consistia em: “1) deixar de lado os objetivos doutrinários do comunismo e concentrar os esforços nas questões de interesse imediato dos trabalhadores e da classe média inferior brasileira; 2) infiltrar-se especialmente no movimento trabalhista por meio de atividades nos sindicatos; 3) apelar para outros setores da população, na base de um programa de `união nacional`, e 4) cooperar ativamente com o governo e buscar seus favores”^v

A “união nacional” defendia o desenvolvimento do capitalismo no país através de uma política de conciliação de classes. Para sua efetivação, o PCB atenuava o alcance de suas diretrizes básicas, o combate ao feudalismo e o antiimperialismo. A luta contra o feudalismo seria encaminhada através da busca de conquistas que melhorassem as condições de vida e de trabalho para os trabalhadores rurais. O tom conciliatório impunha a necessidade de adiamento da reforma agrária. O antiimperialismo era abrandado através do estabelecimento de um critério que distinguia o capital estrangeiro: havia um capital estrangeiro que seria favorável e outro que seria contrário ao desenvolvimento do país, somente esse último procuraria nos explorar. A partir dessa distinção, a presença do capital estrangeiro era admitida, desde que estivesse voltada para a industrialização do país.

Considerando o socialismo um objetivo longínquo, uma etapa superior de um processo que só seria atingido após a implantação do capitalismo, o PCB, ao defender a política de “união nacional”, sustentava que caberia ao proletariado contribuir para o desenvolvimento do regime capitalista. A análise da estrutura social brasileira permanecia a mesma elaborada na década de 1920, baseada nos escritos de Otávio Brandão. Tratava-se de um país semicolonial, com características feudais.

Para o PCB, durante o período de vigência da política de “união nacional”, a tarefa política do proletariado seria a de lutar pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, processo que simultaneamente levaria à destruição do feudalismo, através do estabelecimento de alianças com a burguesia. Essa política de aliança de classes se apoiava na manutenção da interpretação pecebista da estrutura social brasileira e na necessidade do Partido pautar sua atuação de maneira coerente com a tese da *coexistência pacífica*, tática política que orientava a política externa soviética naquele momento.

A transição do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa teve início, no Brasil, no período final da II Guerra. Uma vez que os opositores do Estado Novo limitavam-se a criticar a *face política* do regime, por considerarem que a sua política econômica apontava perspectivas capazes de promover a democratização social do país, a luta contra a ditadura varguista assumiu a orientação única de obtenção das franquias democráticas.

b) a “linha chinesa”

Com o acirramento da “guerra fria”, a estratégia da revolução chinesa tornou-se, a partir de 1949, referência para o movimento comunista internacional. A linha política chinesa previa a constituição de uma frente única que uniria todas as classes, partidos, grupos políticos e organizações que faziam oposição ao imperialismo e à reação interna. A luta antiimperialista pela independência da economia nacional foi identificada, conforme o próprio PCB, com:

[...] a luta sistemática e concreta contra a penetração imperialista, mobilizando para isso as grandes massas contra aquelas formas mais imediatas e sensíveis da exploração e da opressão imperialista em cada região do país. Nesse terreno, tem particular atualidade, além de ser de amplitude nacional, a luta contra o projetado Estatuto do Petróleo, contra a entrega do petróleo aos trustes norte-americanos. A campanha em defesa do petróleo logo que conseguir alcançar um forte núcleo operário, em torno do qual se agrupem as grandes massas poderá assumir rapidamente um cunho revolucionário e servir de ponto de partida para a grande frente nacional libertadora.^{vi}

A radicalização da orientação política pecebista se ampliou com a apresentação do Programa que integra o documento que se tornou conhecido como Frente Democrática de Libertação Nacional ou Manifesto de Agosto de 1950. Esse Programa adotava na íntegra a

estratégia chinesa. Além da criação de uma frente única nacional popular, já apontada nas diretrizes políticas seguidas desde o ano anterior, fazia-se necessário organizar um exército de libertação nacional e iniciar a luta armada.

A diretriz programática de orientação chinesa levou o PCB a utilizar uma tática de confronto, expressa na rejeição ao emprego de formas constitucionais de oposição política. O Partido se recusava a participar de alianças políticas, pregava o voto nulo, combatia a estrutura sindical existente, defendia a criação de sindicatos paralelos e independentes organizados sob a forma de associações, buscava realizar greves a qualquer custo e, quando estas eram desencadeadas, procurava prolongar sua duração ao máximo, e estimulava a luta armada no campo.

Não obstante a orientação política em contrário, o PCB também participou, desde o início da década de 1950, em algumas regiões do país, de disputas eleitorais em aliança com setores do PTB. Em outubro de 1954, e novamente conflitando com a linha política adotada, o PCB formalizou a aliança com o PTB. Essa política de alianças com o PTB constitui o nacionalismo de esquerda.

Em 1954, os comunistas vão organizar a Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Camponeses, reunida em São Paulo. Dela surgiu, pela primeira vez no Brasil, uma organização nacional de homens do campo, a União dos Lavradores e Camponeses do Brasil.

c) a “linha pacífica”

A Declaração de Março de 1958 assinalou uma profunda reviravolta na tática do PCB, refletindo o impacto que as denúncias sobre o stalinismo e o culto à personalidade, revelados pelo Relatório Krushev, provocaram na militância comunista, assim como o reconhecimento, ainda no XX Congresso do PCUS, de que não haveria somente um caminho, mas trajetórias diversas em direção ao socialismo.

No campo teórico, essa indicação apontava a necessidade de se resgatar a particularidade do processo histórico de cada formação social. Nesse sentido, é reveladora a auto-crítica feita por Prestes (1958), "Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico brasileiro."^{vii}

A linha política adotada pelo PCB, a partir de 1958, refletiu também o recrudescimento das tensões entre a URSS e a China, e, em especial, a reorientação da política externa soviética encaminhada por Krushev, que, em busca da aproximação com o Ocidente, considerava auspiciosa a colaboração e a coexistência pacífica com os países capitalistas. Para se auferir o alcance das mudanças introduzidas na orientação pecebista, é suficiente lembrar que a luta armada foi abandonada em favor da via pacífica para a tomada do poder, e que no encaminhamento do processo revolucionário, a participação da chamada burguesia nacional passou a ser considerada *fundamental*, algo impensável no período em que a "linha chinesa" inspirava a prática teórica e política do Partido.

Com a Declaração de Março de 1958, o PCB passou a defender o desenvolvimento independente da nossa economia, orientado pelo caráter nacional e democrático da revolução brasileira. A tática adotada pelo PCB passou a sustentar o caminho pacífico para a revolução brasileira e a aliança política com os setores considerados progressistas da burguesia. O movimento nacionalista, organizado durante a Campanha do Petróleo, constituía a principal referência política da Declaração de Março de 1958.

Além de admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira, o PCB passou a defender a legalidade democrática, a ampliação e o fortalecimento do movimento nacionalista e a atuação política através da combinação entre a ação parlamentar com a extra-parlamentar.

Essa mudança na orientação política do Partido resultou de uma avaliação que considerava que no próprio país havia surgido as condições que permitiam o desenvolvimento

revolucionário pacífico –o avanço industrial ampliou o número de trabalhadores fabris e teria possibilitado o surgimento e o fortalecimento crescente “[...] de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.”^{viii}

O desenvolvimento autônomo do capitalismo no país tornara-se possível devido ao surgimento dessa burguesia nacional e, principalmente, à atuação econômica empreendida pelo próprio Estado, através das formas nacionais e progressistas do capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda. Conforme documentos dos PCB, embora algumas vezes esse “capitalismo de Estado” realizasse uma política favorável ao imperialismo, ele era, basicamente, um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo. Ao mesmo tempo, as sobrevivências feudais obstaculizariam o desenvolvimento da agricultura, e a dependência econômica aguçaria o antagonismo com o imperialismo norte-americano.

A Declaração de Março de 1958 alterou profundamente a orientação política do PCB. Desde 1949, o Partido sustentava o desenvolvimento *autônomo* do capitalismo brasileiro e considerava que o *proletariado* era a classe que deveria conduzir a revolução democrático-burguesa: “[...] essa revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado.”^{ix}

O PCB, coerente com sua estratégia global de transformação, buscava fazer a reforma agrária pela via parlamentar, pela implantação de reformas de base que assegurassem mudanças gradativas, através do emprego tático de acumulação de forças.^x Esta nova posição vai conflitar com algumas lideranças das Ligas (“os julianistas”) na década de sessenta, que queriam a luta armada. No I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em 1961, e organizado pelo PC brasileiro, foram propostas

modernas teses de arrendamento rural e extensão da política salarial ao campo, mas estas foram derrotadas pelo grupo “Julianista” com sua bandeira de “reforma agrária na lei ou na marra”. A nova bandeira repercutiu muito favoravelmente na movimentação do campesinato, passando a demarcar um novo tipo de luta.^{xi}

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pudemos perceber que as alterações táticas foram provocadas pelas necessidades oriundas da condução da política externa da União Soviética e, em princípio, deveriam ser adequadas ao contexto político de cada país. Embora ao longo dos anos a linha política do PCB tenha sido bastante alterada, a compreensão da estrutura social brasileira permaneceu basicamente a mesma elaborada na década de 1920, de maneira que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era considerado condição prévia para o avanço do socialismo. Em consequência, o objetivo do Partido sempre foi o de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a colaboração do proletariado. As teses e proposições do PCB referentes à questão agrária (necessidade de uma revolução agrária, nacional e voltada para o combate ao feudalismo), explicitadas na Declaração de Março de 1958, vão refletir fortemente ainda na tomada de posição do Partido no seu V Congresso, realizado em 1960, orientando as teses partidárias, até quando se deu o golpe militar de 1964 e, com este, ocorreu o destroçamento da esquerda no país.

ⁱ ALEXANDER, Robert J. O P.C. do Brasil: Estudo do Comunismo Latino Americano. IN: **Revista Problemas do Comunismo**, RJ: Ed. Ipanema, nº 3 (nov./dez.), Vol. I, 1955, p. 18.

ⁱⁱ Id., Ibid, p. 18

ⁱⁱⁱ Cavalcanti Apud AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986

^{iv} A criação de Ligas Camponesas, ao invés de sindicatos rurais, é explicada como uma maneira de fugir à rigidez institucional, ao burocratismo já existente no sindicalismo urbano e também ao conjunto de restrições ao sindicalismo rural, na década de quarenta. Muito embora existisse, desde novembro de 1944, o Decreto-Lei nº 7.038/44, que autorgava direitos trabalhistas ao trabalhador rural, assim como o direito de se organizar em sindicatos rurais, de fato, quase nada havia neste sentido. AUED, Bernardete. **A vitória dos vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p.32.

^v A Classe Operária apud ALEXANDER, p. 18

^{vi} APUD CARONE, Edgard. **O P.C.B.** São Paulo: Difel, 1982, p. 106

^{vii} Id., ib., p. 197

^{viii} CARONE, Edgard, p 117

^{ix} PRESTES apud CARONE, p. 99

^x AUED, Bernardete. Op., cit., p. 59

^{xi} id, ib., p. 59